

| 2 | AS REFORMAS URBANAS DO PERÍODO DE PEREIRA PASSOS NO RIO DE JANEIRO E A HISTORIOGRAFIA DA DÉCADA DE 1980

Paula Silveira De Paoli

Resumo

A administração de Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal (1902-1906) foi marcada pela realização de grandes reformas urbanas, que atingiram, sobretudo, a área central da cidade do Rio de Janeiro. As obras foram justificadas através de um discurso que contrapunha nitidamente duas imagens: de um lado, a velha cidade colonial, com vielas estreitas e casarões insalubres e sem arte. E do outro lado, a nova cidade que estava sendo produzida, dotada de amplas avenidas para a circulação do ar e do tráfego, ladeadas por belos edifícios higiênicos. A imagem da cidade “velha” de antes das reformas foi potencializada pela historiografia da década de 1980, que construiu a idéia de que suas edificações haviam sido transformadas em *cortiços*, idéia esta que não constava dos documentos oficiais da época das reformas. Por outro lado, é importante notar o esquematismo desta construção, a bipolaridade que ela traz consigo, reduzindo as inúmeras leituras possíveis da cidade a duas imagens estáticas, como quadros. Mas para além destas imagens estava a *cidade*, cuja arquitetura não era decrépita, pois vinha sendo constantemente renovada ao longo de todo século XIX. Torna-se, assim, necessário fazer uma crítica de tais imagens, de modo a podermos lançar um olhar mais complexo sobre as reformas urbanas. Neste quadro, a crítica da historiografia da década de 1980 é fundamental, já a maior parte dos escritos que a compõem tornaram-se grandes clássicos, e conformaram, de certo modo, a visão que temos hoje do período.

Palavras-chave: Análise de discurso, crítica, modernização, narrativa do passado, historiografia

Introdução

A administração do engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal (1902-1906) foi marcada pela realização de grandes reformas urbanas, que atingiram, sobretudo, a área central da cidade do Rio de Janeiro. As obras foram empreendidas por dois setores distintos da administração pública. O Governo Federal, sob o comando do Presidente da República Rodrigues Alves, ficou encarregado da remodelação do Porto do Rio de Janeiro, empreendimento que compreendia a construção do trecho final do Canal do Mangue, na região da atual Avenida Francisco Bicalho, e a abertura de uma avenida que conectava o porto ao centro comercial da cidade. A avenida foi inicialmente pensada para ligar o Largo da Prainha (atual Praça Mauá) ao Largo da Carioca, que era então o coração da cidade, mas no decorrer da elaboração do projeto, optou-se por um traçado que atravessava todo o centro de mar a mar, ligando o Largo da Prainha ao Largo da Mãe do

Bispo, na região da atual Cinelândia, aos pés do Morro do Castelo. Esta avenida, batizada de Central, foi a obra mais emblemática dentre todas aquelas realizadas na época, e tornou-se o grande símbolo das reformas urbanas.

As obras a cargo da Prefeitura foram condensadas no Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Comissão da Carta Cadastral, repartição que integrava a Directoria Geral de Obras e Viação. O Plano consistia na abertura de novas ruas e no alargamento e prolongamento de algumas ruas já existentes, localizadas, em sua maioria, na área central da cidade, com algumas ramificações para os bairros adjacentes. A obra mais emblemática realizada pela Prefeitura foi a construção da Avenida Beira-Mar, sobre aterro, ligando o centro à Praia de Botafogo. Embora se tratasse de dois âmbitos distintos da administração pública, ambos estavam bem sintonizados e afinados no principal aspecto do discurso, que era a necessidade de modernizar a então Capital da República, transformando-a numa cidade “civilizada”, símbolo do destino radioso que o Brasil desejava para si.

O conjunto das obras projetadas iria atingir profundamente o centro da cidade, a área que concentrava os principais serviços e negócios, mas também a área de formação mais antiga, cujo traçado viário provinha do período colonial e não havia sofrido modificações substanciais desde então, apesar dos planos urbanísticos e dos numerosos projetos de alargamento de ruas elaborados ao longo do século XIX, mas nunca realizados. Além do traçado viário, considerado inadequado para a circulação do ar e do tráfego, o discurso técnico da época condenava as velhas edificações da cidade, dotadas de alcovas, cômodos de dormir que não recebiam ar nem luz diretamente do exterior. As alcovas foram consideradas o grande vilão da insalubridade daquelas edificações. Por este motivo, uma das principais justificativas das reformas urbanas foi a necessidade de sanear a massa edificada da cidade, o que deveria ser obtido através da demolição das casas mais antigas e sua substituição por edificações modernas. A escala urbana das intervenções e a escala da produção arquitetônica aparecem intimamente ligadas no documento de exposição de motivos do Plano de Melhoramentos:

*“Certamente não basta obtermos agua em abundancia e esgotos regulares para gosarmos de uma perfeita hygiene urbana. É necessario melhorarmos a hygiene domiciliaria, transformar a nossa edificação, **fomentar a construcção de predios modernos** e este desideratum sómente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de forma a satisfazer as necessidades do trafego urbano e a **determinar a***

demolição da edificação actual onde ella mais atrazada e mais repugnante se apresenta.” (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1903. Grifos meus.)

As reformas urbanas foram, portanto, justificadas através de um discurso que contrapunha nitidamente duas imagens: de um lado, a velha cidade colonial, com suas vielas estreitas e seus casarões insalubres e sem arte. E do outro lado, a nova cidade que estava sendo produzida, dotada de amplas avenidas para a circulação do ar e do tráfego, ladeadas por belos edifícios higiênicos.

Quando observamos a contraposição destas imagens, notamos que a *narrativa do passado* foi uma etapa fundamental da construção das justificativas das reformas urbanas realizadas durante a administração de Pereira Passos. Isso aconteceu porque o significado da palavra *novo* é relativo – o ato de declarar-se *novo* ocorre sempre frente a algo considerado *velho*. Assim, a imagem da nova cidade radiante que as reformas urbanas pretendiam produzir só poderia ser delineada em sua plenitude quando contraposta a uma outra imagem, que retratava uma cidade decrépita, decadente, insalubre. Como (no *plano do discurso*, é bom lembrar) só teria sentido promover reformas tão profundas numa estrutura urbana considerada decrépita, a imagem da nova cidade, saneada e bela, tinha como contraponto necessário e fundamental a imagem de uma cidade velha e decadente. As duas imagens olhavam-se como num espelho às avessas, onde uma não poderia existir sem a outra.

Mas havia mais. Os discursos reformistas do período Passos condenaram abertamente o passado, mas ao fazerem isso, condenavam veladamente o *presente*. Isso ocorria porque o passado não seria condenável *enquanto passado*, mas apenas na medida em que se reconhecia que suas condições, consideradas negativas, se perpetuavam no presente. As reformas urbanas foram justificadas com base na condenação da “velha” cidade do Rio de Janeiro – vista como uma cidade de vielas estreitas e casarões insalubres e sem arte – porque os reformadores projetaram aquela imagem no então *presente da cidade*. A partir desta narrativa, deveria ser construída a *nova* cidade, através de reformas aptas a reverter as condições consideradas naquele momento indícios do atraso da cidade. Assim, o discurso reformista revelava sua face operativa. As narrativas do passado funcionavam como *estratégia discursiva* para criticar o presente e justificar os projetos de transformação da cidade, em direção ao futuro.

A imagem da cidade “velha” e decadente foi potencializada pela historiografia da década de 1980, que construiu a idéia de que aquelas casas “velhas” haviam sido

transformadas em *cortiços*, idéia esta que não constava dos documentos oficiais da época das reformas, mas que povoou a concepção que temos hoje a respeito do período.

Era a “regeneração” da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. (SEVCENKO, 2003, p.43)

Por outro lado, é importante notar o esquematismo desta construção, a bipolaridade que ela traz consigo, reduzindo as inúmeras leituras possíveis da cidade a duas imagens estáticas, como quadros. Mas para além destas imagens estava a *cidade*, cuja arquitetura não era decrépita, pois vinha sendo constantemente renovada ao longo de todo século XIX, tanto através de reformas quanto de reconstruções de prédios. Torna-se, assim, necessário fazer uma crítica de tais imagens, de modo a podermos lançar um olhar mais complexo sobre as reformas urbanas. Neste quadro, a crítica da historiografia da década de 1980 é fundamental, já a maior parte dos escritos que a compõem tornaram-se grandes clássicos, eclipsando os textos produzidos anteriormente sobre as obras e conformando, de certo modo, a visão que temos hoje do período.

As reformas urbanas na historiografia da década de 1980

A década de 1980 representou uma mudança de rumos na historiografia a respeito do período Passos. Foram então produzidos numerosos trabalhos que tinham como característica mais marcante o *cunho social*, e traziam uma visão crítica das reformas urbanas, apresentando-as de maneira negativa. Apontaram, acima de tudo, seu alto custo para as classes mais pobres. Para os autores que escreveram naquele momento histórico, as reformas teriam produzido um espaço urbano excludente, para o deleite das elites apenas. O que teria comportando o despejo dos pobres residentes no centro da cidade, a conseqüente segregação das classes sociais no espaço urbano e o fomento à especulação imobiliária, agravando ainda mais o problema da habitação.

Outra questão a ser destacada é que a literatura que contém a visão crítica do período Passos começou a ser produzida em finais da década de 1970, contou com numerosos escritos na década de 1980 e encerrou-se no início dos anos 1990. É como se o tema, após um período de efervescência, tivesse “passado de moda”. Quais seriam os motivos que levaram a esta efervescência? No prefácio à segunda edição do livro *Trabalho*,

Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, Sidney Chalhoub explicita a opção pelo tema e pela abordagem social que seria o mote dos escritos do período. Esta opção estava inserida no quadro de um esforço mais amplo de reescritura da história do país, a partir de outros pontos de vista, que dessem voz aos “excluídos” da historiografia oficial. Este desejo de reescritura da história estava associado a um momento histórico especial – a redemocratização do país, que parecia abrir novas perspectivas para as relações sociais.

O tempo e lugar de um livro explicam muito de seu feitio. A pesquisa e redação deste aqui ocorreram em meio a um turbilhão político contínuo: ressurgimento dos movimentos sociais de massa no país, luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha para as Diretas-Já. [...] Era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. À história vivida pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico. Surgiam novos programas de pós-graduação, os debates teóricos alargavam-se, possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. (CHALHOUB, 2001, pp.V-VI)

Trabalho, Lar e Botequim tem por objeto o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. A própria opção, no título do livro, de chamar a primeira década do século XX de *belle époque* traz consigo uma ironia. Embora tenha sido esta uma denominação recorrente do período, por parte de uma determinada historiografia, para a classe trabalhadora aquele momento nada teria de “belo”. Para Chalhoub, aqueles foram tempos difíceis, em que as obras de remodelação do centro da cidade, com o objetivo de saneá-lo, embelezá-lo e “civilizá-lo” agravaram, e muito, as já precárias condições de habitação dos trabalhadores (CHALHOUB, 2001, p.23). Desta forma, o objetivo do livro é mostrar o lado obscuro daquela que foi chamada *belle époque* carioca, dando voz aos “excluídos” do projeto civilizador então levado a cabo pelas elites locais, personificado pelo prefeito Pereira Passos.

Escondida então por detrás de uma política de planejamento urbano que visaria apenas ao “saneamento” e “embelezamento” da cidade [...], uma elite de empresários intimamente associada ao poder público coordenou um processo de urbanização que **visava orientar a ocupação do espaço urbano de acordo com os imperativos da acumulação capitalista**. A administração de Pereira Passos seria o apogeu deste processo, quando, por meio de uma concentração de poderes nas mãos do prefeito, desencadeia-se um período bastante violento de reforma urbanística nas áreas centrais da cidade, temperado por arbitrariedades de toda ordem e demolidores golpes de picareta. **Em apenas quatro anos,**

milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços ou estalagens e seus quartos em casas de cômodos, que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura. **Em seu lugar surgem a Avenida Central e outras ruas no centro da cidade**, valorizando assim ainda mais o espaço urbano e aumentando o processo de acumulação de capital por meio da especulação imobiliária. Quanto aos populares, que habitavam em grande número os cortiços e casas de cômodos demolidos, restaram-lhes poucas opções: uma delas era pagar aluguéis ainda mais exorbitantes que antes pelas casinhas ou quartos nos cortiços e casas de cômodos ainda existentes; outra opção era tentar mudar-se para os subúrbios, o que trazia o grave inconveniente de aumentar a distância a ser percorrida diariamente até o emprego; uma terceira opção era ir habitar um dos inúmeros morros que rodeavam o centro da cidade. (CHALHOUB, 2001, p.135. Grifos meus.)

No trecho acima, também podemos observar claramente a presença de uma contraposição entre um “velho” e um “novo”, a narrativa de uma transformação total da área do centro da cidade, por obra das reformas urbanas. Mas esta contraposição não foi construída exatamente nos mesmos termos daquela que justificara as reformas em seu tempo, já que, em momento algum, os discursos oficiais da época mencionaram que aquelas casas “velhas” fossem *cortiços*.

A questão da habitação popular seria o cerne da dissertação de mestrado de Oswaldo Porto Rocha, publicada em livro em 1986, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Numa interpretação clássica do espaço urbano carioca, Rocha aponta uma concentração das classes mais abastadas nos bairros da Zona Sul, servidos pelos bondes, e uma concentração das classes menos favorecidas nos subúrbios da Zona Norte, ao longo da via férrea. Apenas as camadas mais pobres teriam permanecido no centro, residindo em condições sub-humanas, amontoadas nos cortiços e casas de cômodos insalubres, ou nos fundos dos locais onde trabalhavam (ROCHA, 1995, pp.41-42).

A partir desta imagem, o texto de Rocha contaria a história da expulsão dos pobres da área central, que teria sido operada pelas reformas urbanas. Para ele, o centro seria “praticamente o mesmo, arquitetonicamente falando, de cem anos atrás” (ROCHA, 1995, pp.41-42). Ele reproduz assim, a mesma contraposição entre velho e novo que justificara as reformas urbanas. Ao assumir que *quase nada* acontecera no centro da cidade ao longo do século XIX, do ponto de vista da produção arquitetônica, seu discurso também veicula a idéia de que as casas do centro eram *velhas*. Por conta desta visão da arquitetura do centro, Rocha assume como integralmente verdadeira a afirmação contida no Plano de Melhoramentos da Prefeitura, de que o objetivo do plano era “impedir a valorização

constante dos prédios antiquados das ruas estreitas". Para ele, as reformas urbanas representariam a luta entre os novos especuladores imobiliários, que queriam lucrar com os terrenos bem localizados da área central da cidade, e os proprietários das casas "velhas" – um setor retrógrado, que lucrava com a exploração dos cortiços e não desejava a modernização da cidade. A Prefeitura teria tomado o partido do primeiro grupo na briga, possibilitando, através das reformas urbanas, a eliminação das casas "velhas".

[...] Era preciso que se derrotassem os setores ligados à exploração de prédios já existentes, prédios estes já antiquados, mas extremamente valorizados pela ausência de concorrentes. Assim, sobrados escuros e sem ventilação eram altamente valorizados para compra e venda e mesmo para aluguel, desestimulando a construção de prédios mais modernos, pois a renda que deles se obteria seria igual a dos já existentes. Era preciso varrer a concorrência, e é isto que faz explicitamente a prefeitura ao apontar neste relatório [o ofício de apresentação do Plano de Melhoramentos da Cidade] que seria necessário "impedir a valorização constante dos prédios antiquados das ruas estreitas por onde passa hoje o mais forte movimento urbano, permitindo a sua substituição em época não remota." (Grifo do autor).

A atuação da prefeitura afeta os setores ocupados até então com a especulação imobiliária: os pequenos comerciantes, proprietários de casas de cômodos e cortiços, nobres e ordens religiosas. (ROCHA, 1995, p.67)

Observamos neste trecho que Rocha toma, em seu discurso, o ofício de exposição de motivos do Plano ao pé da letra. No entanto, minha hipótese neste trabalho é que este documento não constitui, de modo algum, um diagnóstico objetivo da situação da massa edificada da cidade. Tratar-se-ia de uma *imagem operativa*, produzida dentro da estratégia discursiva reformista para justificar as obras – uma imagem muito emblemática e eficiente, visto que continua a ser reproduzida mais de cem anos depois de sua construção. No entanto, parece-me que esta imagem da cidade "velha" precise ser questionada, já que muitos dos antigos proprietários não foram expulsos, mas *se mantiveram proprietários* dentro dos novos moldes.

Para Rocha, os setores de proprietários retrógrados que tiveram seus interesses atacados pelas reformas urbanas eram basicamente quatro: os pequenos comerciantes, proprietários de casas de cômodos e cortiços, nobres e ordens religiosas. Quanto aos nobres e às ordens religiosas, podemos notar que, apesar de constituírem classes provenientes do

período colonial, também atualizaram seu patrimônio e participaram das reconstruções após o “bota-abaixo”. Isto é, também souberam se inserir nos “novos tempos”. Cito como exemplo a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, que sempre manteve seus imóveis na Rua do Ouvidor atualizados, promovendo diversas reformas e reconstruções no início do século XX. Outro exemplo é a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que comprou dois novos lotes no leilão promovido pela Prefeitura após as demolições de 1905, do lado ímpar da Rua da Urugayana. Também nobres como o Visconde de Moraes e o Conde de Lucena tornaram-se proprietários de lotes do lado ímpar da Rua da Urugayana após as demolições. Estes exemplos mostram que não ocorreu a contraposição, de modo tão extenso quanto afirma Rocha, entre antigos proprietários e novos capitalistas.

Quanto aos cortiços, Lilian Fessler Vaz (1985, pp.105-108) e Maurício de Abreu (1997, p.42) apontaram que eles estavam localizados nas freguesias periféricas ao núcleo central, sobretudo nas de Santana, Santa Rita, Santo Antônio e São José, na área do Morro do Castelo. Nas freguesias mais centrais, Sacramento e Candelária, a situação era diferente – as habitações coletivas eram poucas na freguesia do Sacramento, e completamente inexistentes na da Candelária, que não abrigava um cortiço sequer. Se o traçado da Avenida Central desenvolveu-se praticamente todo na região da freguesia da Candelária, como poderia ter desalojado cortiços? A mesma pergunta pode ser feita para muitas das vias prolongadas ou alargadas no Plano de Melhoramentos da Prefeitura. As ruas do Sacramento, Urugayana, Sete de Setembro, Assembléia e Carioca, por exemplo, estavam localizadas em áreas nobres da cidade, onde também não havia cortiços. Não podemos, portanto, dizer que as reformas urbanas expulsaram a população pobre destas áreas, já que não havia ali aquele tipo de habitação popular. Os proprietários de cortiços não podem ser arrolados entre os perdedores das reformas, de maneira tão extensiva quanto faz o autor. A idéia de que as reformas urbanas desalojaram preferencialmente habitantes de cortiços estaria baseada numa *generalização da imagem* do centro da cidade, onde a presença dos cortiços nas freguesias periféricas é transposta para o núcleo central, e não num estudo mais aprofundado do tecido social das freguesias centrais.

Os dois trabalhos que analisarei a seguir foram elaborados dentro de um viés de interpretação da história da cidade que explica a ocupação e as transformações do espaço urbano em função do desenvolvimento da economia. Ambos apontam a crescente incompatibilidade entre a antiga estrutura material do Rio de Janeiro e as novas relações econômicas capitalistas. Estas relações seriam especialmente críticas na área central da cidade, de mais antiga formação, cuja estrutura material seria a mais obsoleta para os novos

usos e objetivos. Além disso, esta área, que concentrava os serviços e negócios, era também a mais populosa, congestionada e insalubre de toda a cidade, demandando um “tratamento urgente”.

O primeiro destes trabalhos é o livro de Jaime Larry Benchimol, intitulado *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. A imagem da área central do Rio de Janeiro no século XIX que emerge de sua narrativa também é a de uma cidade pestilenta, cuja população vivia amontoadada num espaço exíguo e promíscuo, onde coexistiam várias atividades econômicas e classes sociais. Esta situação estaria em “contradição” com a posição de destaque que a cidade assumia, como sede do poder político e econômico do Brasil (BENCHIMOL, 1990, pp.112-113.). Constitui-se assim o primeiro termo da oposição entre as imagens da cidade “antes” e “depois” das reformas Passos – a imagem da cidade *velha*.

Contraposta à cidade promíscua e pestilenta, estava, no texto, a imagem da Avenida Central, apontada como o eixo das reformas urbanas. É interessante notar que o autor reproduz, em seu discurso, a mesma antinomia entre velho e novo que justificara as reformas, acrescida mais uma vez da temática do cortiço. Na passagem abaixo, o trecho destacado no primeiro parágrafo aponta, com as palavras do autor, os mesmos objetivos das reformas nos discursos do início do século XX, e o trecho do segundo parágrafo, a construção que o próprio autor faz das reformas urbanas. O conteúdo de ambos é quase idêntico: a principal diferença estaria na *atribuição de valor* que o autor faz às reformas.

A Avenida Central, por sua vez, constituiu o eixo de todo o elenco de melhoramentos urbanísticos, **projetados com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos**. A literatura cronística e propagandística da época erigiu-a no símbolo fulgurante da “cidade civilizada” que emergia dos escombros da outra, repudiada como a materialização de um passado histórico a ser sepultado.

Seu traçado rompia, de mar a mar, o coração da Cidade Velha, **o labirinto de ruas estreitas e movimentadas, em cujas estalagens, cortiços ou casas de cômodos residia grande parte do proletariado carioca**. Atingia em cheio o centro nevrálgico da capital da República, onde se concentravam as atividades administrativas, comerciais e financeiras, e onde transcorria grande parte do trabalho urbano, em pequenas oficinas artesanais ou nas unidades manufatureiras e semi-fabris, assim como o amplo e variado universo dos serviços. (BENCHIMOL, 1990, p.227. Grifos meus)

Partindo desses pressupostos, Benchimol também tomou ao pé da letra o ofício de exposição de motivos do Plano de Melhoramentos da Prefeitura. De forma análoga à análise de Rocha, ele interpretou o desejo de impedir a valorização dos prédios “antiquados” não como uma estratégia do discurso reformista que justificava o Plano, mas como um *diagnóstico* da massa edificada da cidade, onde o Estado atuava diretamente contra os interesses dos pequenos proprietários, privilegiando os grandes capitalistas.

[...] Ao enumerar os resultados que esperava obter das avenidas, cujos traçados atravessavam as áreas mais densamente povoadas da cidade, a Comissão da Carta Cadastral propunha-se a:

- impedir a valorização constante dos prédios antiquados das ruas estreitas onde passa hoje o mais forte movimento urbano, permitindo a sua substituição em época não remota.
- despertar o gosto arquitetônico pois, oferecendo as ruas largas e bem situadas uma renda compensadora aos prédios nelas edificados, os proprietários animar-se-ão a construí-los em melhores condições.

Aqui, me parece, reside o “nó górdio” da renovação urbana: a expropriação ou segregação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes de um espaço determinado da cidade – modificado pela ação do Estado – e sua apropriação por outras frações de classe. Essa “transferência” realizou-se por intermédio de mecanismos de expropriação e valorização acionados diretamente pelo Estado.

O plano de melhoramentos atingiu, de maneira desigual, áreas cuidadosamente selecionadas do Centro, onde se radicava a trama de relações econômicas e sociais, cuja permanência, ali, se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital e com a capital requerida pelo Estado republicano. (BENCHIMOL, 1990, p.245.)

Nesta construção da narrativa por Benchimol podemos ver a reprodução da antinomia entre velho e novo que justificara as reformas, acrescida da questão da habitação popular, que constitui um dos principais focos de suas preocupações. De forma análoga a outros trabalhos analisados, ele também generalizou a imagem do centro da cidade, afirmando que toda a região era permeada pela presença de cortiços. Também acreditou na máxima de que espaço físico e tecido social correspondem ponto por ponto, e que transformações nas formas das relações sociais e econômicas deveriam acarretar, necessariamente, transformações no espaço urbano...

O livro de Maurício de Abreu, intitulado *Evolução urbana do Rio de Janeiro* é talvez o maior clássico da história recente da cidade do Rio de Janeiro. Seria desenvolvido segundo uma trilha semelhante ao de Benchimol. Para Maurício de Abreu, no início do século XIX o Rio de Janeiro era uma cidade apertada, limitando-se a área entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição. Neste espaço exíguo, as funções e classes sociais encontravam-se misturadas, e a ausência de meios de transporte impedia a ocupação sistemática de áreas mais distantes. Esta situação começou a se modificar na década de 1870, com a implantação dos sistemas de bondes e trens. Numa análise que se tornou clássica, Abreu aponta que os bondes ligavam o centro aos bairros das Zonas Sul e Norte, que se tornaram as áreas preferenciais de residência das classes mais abastadas, enquanto os trens possibilitaram a ocupação dos subúrbios, onde se instalaram as classes menos favorecidas. Para ele, apesar de ser a área mais valorizada da cidade, concentrando serviços e negócios, o centro continuava sendo o local de moradia das classes mais pobres, que, sem poder de mobilidade devido ao custo das passagens, precisava residir junto aos locais onde encontrava trabalho (ABREU, 1997, pp.41-42). Abreu confirmou, assim, a idéia de que a cidade que Passos encontrou no início de sua administração era uma cidade colonial, reproduzindo a mesma antinomia entre velho e novo que justificara as reformas em seu tempo. Além disso, introduziu nesta antinomia mais uma questão: a presença dos pobres, residindo em cortiços.

Segundo Abreu, ao longo da segunda metade do século XIX, duas lógicas distintas coexistiam na cidade - uma lógica econômica colonial-escravista e uma lógica burguesa- capitalista. O que geraria um espaço urbano "contraditório", já que a lógica capitalista, que se tornava hegemônica, era obrigada a conviver com uma estrutura espacial proveniente do período anterior, que ele considera inadequada para seus métodos e propósitos. Os novos espaços produzidos com as reformas deveriam, portanto, possibilitar a reprodução do capital de uma maneira geral, o que tornava imperativa a expulsão dos pobres da área mais central e valorizada da cidade, e também atuar em nível simbólico, criando uma imagem de progresso e civilização para o Brasil.

A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as **contradições** que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. **Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país** como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômicas e

políticas nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a **importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços.** Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”. (ABREU, 1997, pp.59-60. Grifos meus)

A narrativa de Abreu, ao mesmo tempo em que confirma a antinomia entre velho e novo que justificara as reformas urbanas, traz uma visão negativa das obras. Para ele, a remodelação do centro comercial da cidade foi excludente do ponto de vista social. E, ao expulsar os pobres daquela área, teria gerado novas “contradições” para o espaço físico da cidade, abrindo uma nova série de problemas para o século XX que se iniciava, como a favelização da cidade (ABREU, 1997, p.66).

Os livros analisados nesta seção chamam a atenção pela *semelhança*. Observa-se um grande paralelismo de visões e argumentos entre os vários autores. Todos os textos reproduzem, embora com objetivos diferentes, as *mesmas estratégias discursivas* que justificaram as reformas urbanas em seu tempo. Em sua base, também se encontra a contraposição entre a cidade de vielas estreitas, antiquada e insalubre, e a cidade reformada, com suas largas avenidas e boa arquitetura. Esta contraposição aparece ainda acrescida da idéia de que aquelas “casas velhas” eram cortiços, que não estivera presente nos discursos oficiais do período das reformas. As imagens do cortiço e das edificações decrepitas foram aproximadas pela historiografia da década de 1980, que trouxe para o debate o tema da habitação popular, sua principal preocupação. Observa-se ainda, em todos os textos, a generalização da imagem do centro da cidade, a idéia de que a habitação popular estaria presente em todas as áreas do centro indistintamente, quando, na realidade, os cortiços estavam concentrados nas áreas periféricas ao núcleo central formado pelas freguesias da Candelária e do Sacramento, onde havia um tecido social de outra natureza.

Estas observações apontam a necessidade de se colocar sob suspeição o discurso que justificou as reformas urbanas, e também sua crítica posterior. E não porque seu projeto civilizador tenha sido excludente, como quis a historiografia da década de 1980, mas porque desta forma torna-se possível considerá-lo como aquilo que ele de fato era: um *discurso*,

capaz de criar imagens extremamente emblemáticas, tanto que permaneceram vivas no imaginário sobre a história da cidade até os dias de hoje. Mas fundamentalmente um discurso, cujas imagens têm uma função diretamente operativa na transformação urbana proposta, mas não correspondem à *realidade* da massa edificada da cidade.

As reformas urbanas como continuidade: algumas notas

A idéia de que as reformas urbanas teriam comportado uma expulsão da população pobre, que se soma à idéia de que as edificações do centro da cidade estavam velhas e encortçadas, constituiu o cerne da historiografia da década de 1980. Mas pode ser contrastada por alguns documentos, que mostram a permanência da população na Rua da Uruguayana, após as reformas urbanas. A rua, incluída no Plano de Melhoramentos da Cidade, teve a maioria dos imóveis do lado ímpar desapropriados e demolidos para o alargamento, em 1905. A documentação da Série *Aforamentos* do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) contém informações bastante interessantes sobre o processo de desocupação dos imóveis, quando das desapropriações. Revela ainda, de maneira bastante clara, o desejo (muitas vezes bem sucedido) por parte dos comerciantes, de se estabelecerem num ponto próximo ao seu antigo negócio, de modo a poderem manter a freguesia. A documentação não abrange todos os imóveis da rua, mas se fizermos uma estatística, veremos que mais da metade dos comerciantes que apresentaram as petições fizeram referência explícita ao fato de estarem se mudando para a mesma rua ou para as proximidades imediatas.

A Rua da Uruguayana é relativamente longa, e, seu início era bem diferente, do ponto de vista qualitativo, do final, sendo as quadras mais nobres aquelas próximas ao Largo da Carioca, e mais desvalorizadas as quadras finais, nas proximidades da Rua Marechal Floriano. Os comerciantes que permaneceram na região não só buscaram novos imóveis na mesma rua, como também buscaram se instalar na *mesma altura da rua* onde estavam instalados anteriormente. Assim, Daniel Antunes Garcia, antigo inquilino do prédio da Rua da Uruguayana nº9, reconstruiu o imóvel de nº10, exatamente em frente, para abrigar seu ateliê fotográfico (AGCRJ, cx.U4, Rua da Uruguayana, lote nº9). Fernandes Paranhos & Cia., estabelecidos inicialmente à Rua da Uruguayana nº55, num edifício pertencente à Santa Casa de Misericórdia, mudaram-se para o imóvel de nº48 da mesma rua, quase em frente (AGCRJ, cx.U6, Rua da Uruguayana, lote nº55 (antigo)). José Justino Teixeira, que vendera à Prefeitura os prédios à Rua da Uruguayana nº91 e 93, situados entre as ruas do Hospício e da Alfandega, mudou sua fábrica para a Rua da Alfandega nº109, bem próximo à Rua da

Uruguayana (AGCRJ, cx.U8, Rua da Uruguayana, lote nº91-93 (antigo)). (Este último caso indica que as reformas do período Passos não eliminaram as fábricas da área mais central e valorizada da cidade.)

João Antonio Pereira, ex-inquilino do prédio nº99-A da Rua da Uruguayana, mudou-se para o prédio nº150 da rua, numa área próxima (AGCRJ, cx.U8, Rua da Uruguayana, lote nº99-A e 150 (antigo)). Olegario Joaquim Ortiz, ocupante do prédio nº99-E, mudou-se provisoriamente para o nº140 da mesma rua, e comprou no leilão da Prefeitura o novo lote nº75, na esquina da Rua da Alfandega, nas proximidades da qual estava localizado seu antigo negócio (AGCRJ, cx.U8, Rua da Uruguayana, lote nº99-E (antigo)). J.M. Pimentel & Cia., estabelecidos com uma farmácia no prédio nº103, mudaram-se para o nº144, também numa área próxima (AGCRJ, cx.U8, Rua da Uruguayana, lote 103 (antigo)). José Vieira Goulart comprou no leilão da Prefeitura o lote nº101, na esquina da Rua de São Pedro, muito próximo ao antigo prédio nº121 que adquirira pouco tempo antes, desapropriado pela Prefeitura (AGCRJ, cx.U9, Rua da Uruguayana, lote nº121 (antigo)). Esta documentação nos permite redimensionar a idéia de uma expulsão maciça dos antigos habitantes das áreas atingidas pelas reformas urbanas, que emerge da historiografia da década de 1980. Podemos observar aqui uma tendência clara à reorganização das mesmas atividades e à reprodução do mesmo tecido social nos novos espaços.

Além disso, a análise de algumas licenças de obras do lado ímpar da Rua da Uruguayana nos anos imediatamente anteriores à administração Passos revela uma massa edificada em constante renovação, o que nos permite contrastar a idéia de que os imóveis desapropriados pelo Plano de Melhoramentos eram *casas velhas*. Em 1895, foi reconstruído o imóvel de nº75 (AGCRJ, cod.21.1.19, fl.14-17; fl.26). Em 1896, foi realizado o acréscimo de um andar de sobrado a uma edificação térrea, ao nº17 (AGCRJ, L.O.1896, cx.06, doc.35). Em 1898, foram reconstruídos dois prédios aos nº11 e 91 (AGCRJ, cod.21.2.19, fls.401-402; fl.393 e L.O.1898, cx.04, doc.50). O sobrado de nº11 possuía uma bela fachada de inspiração francesa, com as escritas “Bazar”, “Brinquedos”, “Artigos de Paris”. Também em 1898, foi pedida a modificação das portas da loja de um sobrado de aparência colonial, ao nº53 (AGCRJ, L.O.1898, cx.04, doc.49). E em 1899, foram reconstruídos mais dois sobrados do lado ímpar, aos nº63 e 117 (AGCRJ, L.O.1899, cx.15, doc.07 e L.O.1899, cx.15, doc.08). Em 1900, foi reconstruído um belo edifício dedicado a um “grande estabelecimento comercial” de roupas, tecidos e artigos de armarinho, à Rua da Alfandega nº123 esquina de Uruguayana (AGCRJ, cod.21.3.19, fls.19-23). Tratava-se de um imponente sobrado, mas também este belo e novo

imóvel, muito semelhante àqueles que seriam erguidos durante as reformas Passos, foi desapropriado para o alargamento da rua.

Em 1901, foi reconstruído um pequeno prédio ao nº3 (AGCRJ, cod.22.1.2, fls.55-56), e a fachada de outro pequeno sobrado, localizado ao nº49 (AGCRJ, cod.22.1.2, fls.60-61). Em 1902, foi reconstruído um único prédio que ocupou os lotes nº131 e 133, operando o remembramento destes lotes (AGCRJ, cod.22.1.15, fls.118-125). Neste caso, o proprietário entrou em acordo com a Prefeitura para não ser desapropriado, mas teve de ceder a frente do terreno para o alargamento da rua, de modo que foi obrigado a reconstruir o prédio novamente, pouquíssimo tempo depois. O mesmo acordo aconteceu com o imóvel nº43, de José Antonio Martins, que também fora reconstruído em 1902 (AGCRJ, cod.22.2.4, fls.81-85). Esta seqüência de obras do lado ímpar da Rua da Uruguayana antes das reformas urbanas demonstra a sua vitalidade. Não se tratava de edificações decrépitas, pobres pardieiros encortçados, mas de uma massa edificada que vinha sendo renovada continuamente, com edifícios em bom estado de conservação, muitos dos quais abrigavam lojas elegantes. Junto com algumas casas mais “velhas” (mas nem por isso ocupadas com usos degradados), as reformas Passos levaram também muitas belas casas novas, algumas recém-construídas...

Referências

- ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.
- BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar, Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.) Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Melhoramentos da cidade projectados pelo Prefeito do Distrito Federal Dr. Francisco Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1903.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986. 2ª ed. 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.) 2ª ed. revista e ampliada: São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 1985. Dissertação de mestrado.